

"Portugal pede período de transição para sectores sensíveis da economia" in Diário de Notícias (18 Outubro 1978)

Caption: A 18 de Outubro de 1978, comentando o estado de adiantamento das negociações de adesão de Portugal às Comunidades Europeias, o jornal lisboeta Diário de Notícias debruça-se sobre os problemas do período de transição para as questões agrícolas e da livre circulação dos trabalhadores, serviços e capitais.

Source: Diário de Notícias. 18.10.1978. Lisboa. "Portugal pede período de transição para sectores sensíveis da economia", p. 5.

Copyright: (c) Diário de Notícias

URL:

http://www.cvce.eu/obj/portugal_pede_periodo_de_transicao_para_sectores_sensíveis_da_economia_in_diario_de_noticias_18_outubro_1978-pt-753b1c90-6633-4fa8-bde7-3405cff7629d.html



Last updated: 10/08/2016

Portugal pede período de transição para sectores sensíveis da economia

O Governo português iniciou ontem, formalmente no Luxemburgo, as negociações de adesão do nosso País à Comunidade Económica Europeia (CEE). Falando na sessão de abertura da reunião da CEE, o ministro dos Negócios Estrangeiros eng. Correia Gago, que chefia a delegação portuguesa, exortou os Nove a auxiliarem a economia portuguesa, afirmando que ela necessitava de um período de transição nos sectores da agricultura, da livre circulação dos trabalhadores, dos serviços e dos capitais.

Ao dar as boas-vindas à delegação portuguesa, o ministro de Estado da República Federal da Alemanha, Klaus Von Dohnany, que preside a reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE, declarou por seu turno, que a CEE «está disposta a estudar eventuais medidas complementares» de apoio aos próprios esforços de Portugal.

Contudo, Von Dohnany acrescentaria: «Sem prejuízo para a decisão da Comunidade de tratar cada candidato com base nas suas circunstâncias específicas, temos de levar em conta o facto de que dois outros países europeus também solicitaram acesso à Comunidade.»

No mesmo sentido se pronunciou Roy Jenkins, presidente da comissão da CEE ao declarar que aquele órgão executivo de 13 membros está pronto a examinar com Portugal uma possível acção comum para ajudar a reorganizar a economia, do País. Apelaria, também, para rápidos contactos para estudar os sectores que ambos os lados concordaram ser sensíveis de modo a poderem coordenar a sua estratégia mesmo antes da adesão de Portugal.

Correia Gago: «A adesão à CEE constitui uma garantia à consolidação da democracia»

No seu discurso na sessão de abertura oficial das negociações de adesão de Portugal à CEE — o seu início prático está previsto para Janeiro do próximo ano — o ministro dos Negócios Estrangeiros, eng. Correia Gago, começou por justificar a opção europeia do seu país, considerando que ela foi possível dadas as «condições criadas com a instauração da democracia pluralista e com o termo do nosso processo de descolonização». «Foi tarefa», sublinhou, «das instituições democráticas, criadas nos termos da Constituição aprovada pelos representantes eleitos do povo português em 2 de Abril de 1976, assumir sem ambiguidade a realidade europeia de Portugal e apresentar o pedido de adesão do nosso país às comunidades europeias».

Depois de confirmar que Portugal partilha sem reservas dos ideais de democracia, de paz e de liberdade, assim como da «finalidade política e objectivos de progresso social e económico» dos tratados de Paris e de Roma, o ministro português defendeu que a adesão à CEE «constitui, para Portugal, uma garantia de apoio à consolidação das instituições democráticas» e «uma garantia da manutenção do equilíbrio político no nosso continente e do reforço do papel da Europa na preservação da paz no Mundo».

«Com efeito, Portugal, com a sua aptidão e experiência de diálogo com os povos de outros continentes, não deixará de prestar um contributo positivo às comunidades, abertas ao Mundo exterior e dispostas a assumir a sua vocação mediadora e conciliadora em nome de uma civilização ao serviços dos povos. Por nós afirmamos estar dispostos a oferecer tal contribuição desde já», disse.

Na conferência de Imprensa, dada no final da reunião do Conselho de Ministros da CEE, Correia Gago voltaria a reiterar esta disposição, explicitando que a candidatura portuguesa poderia ser um incentivo a Angola e Moçambique para aderir aos países da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) ligados ao Pacto de Lomé da CEE sobre comércio e auxílio.

Agricultura: é questão delicada

Entretanto, a propósito das negociações de (sic) sobre a adesão ao Mercado Comum, o eng. Correia Gago referir-se-ia, ainda, na sessão de abertura oficial a alguns dos seus aspectos.

Assim, a união aduaneira, no que se refere a produtos industriais, deverá ser alcançada depois de um período

relativamente curto de transição, concretizando assim o desarmamento alfandegário actualmente em curso no nosso país, em relação à CEE.

Verifica-se ainda que, em matéria de política comercial comunitária e no que se refere a acordos da Comunidade com terceiros países, também não deverá haver problemas para Portugal, cumpridos os adequados períodos de transição.

Já no que se refere à agricultura, Portugal irá precisar, de acordo com as palavras do ministro, de um período bem mais longo para a adaptação aos mercados e às regras de preços da Comunidade Europeia.

Salientando que «a agricultura portuguesa não constitui nenhuma ameaça para a agricultura da Comunidade», Correia Gago afirmou ainda que Portugal deve intensificar e prosseguir a edificação das estruturas de agricultura e das tecnologias empregues.

No que se refere à livre circulação de pessoas, serviços e capitais referindo-se à flexibilidade de que se deverão revestir as negociações que agora se iniciam, o ministro levantou um pouco o véu da questão, afirmando que se tratava de «um campo onde deveria haver grande flexibilidade pela parte portuguesa», o que devia ser tomado em conta no conjunto das negociações.

Correia Gago fez ainda referência à adaptação aos regimes fiscais comunitários, que deveria levar ainda algum tempo e à necessidade de se definirem as diversas formas de apoio financeiro de comunidade a Portugal, bem como posteriores participações de Portugal no orçamento comunitário, tendo em atenção as diferenças de desenvolvimento entre o nosso País e os Nove.

O ministro concluiu fazendo notar que a integração europeia de Portugal não deve ser olhada apenas no âmbito de uma divisão internacional do trabalho mas tendo em conta os objectivos de desenvolvimento industrial e agrícola do País.

A terminar Correia Gago referiu ainda que a adesão não deve dificultar o avanço tecnológico de certos sectores, sendo de desejar que não sejam colocadas, agora e durante as negociações, quaisquer restrições às importações portuguesas.

A definição de acções comuns a desenvolver, daqui por diante, entre Portugal e a CEE, será aliás, a melhor forma de consolidar o apoio que, particularmente no campo financeiro, a CEE tem vindo a prestar nos últimos anos a Portugal.

Roy Jenkins: «Instabilidade política não é impeditiva do processo de integração»

Após a sessão inicial das negociações para a adesão de Portugal à CEE, realizou-se uma conferência de Imprensa que contou com a presença do ministro Correia Gago e do vice-governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, bem como de Roy Jenkins e de Klaus Dohnanyi.

Respondendo a perguntas dos jornalistas presentes, Correia Gago negou que a instabilidade governamental em Portugal possa causar dificuldades às negociações para a adesão ao Euromercado.

Não se devem confundir crises governativas internas com o próprio regime democrático, disse ele.

As escolhas básicas estão feitas e serão mantidas em questões de política externa e económica, apesar das mudanças de Governo, acrescentou ainda.

Por sua vez, Roy Jenkins fez questão de apontar que não se põe em causa a estabilidade do regime democrático em Portugal, não havendo qualquer indício para admitir o regresso a uma situação semelhante à anterior a Abril de 1974.

As crises políticas e a instabilidade governativa não constituem um atraso, nem são impeditivas do processo

de integração europeia, e a prova que é (*sic*) as negociações foram iniciadas, frisou o presidente da comissão da CEE.

Negociações demoradas

Entretanto, falando para a RTP, o dr. Vítor Constâncio, presidente da Comissão de Integração na CEE, que juntamente com Raquel Ferreira e o embaixador português junto da CEE, Sequeira Freire, faz parte da delegação que, desde o início, está encarregada das negociações, admitiu que estas «vão ser demoradas, pois todos os aspectos acabam por ser importantes».

Vítor Constâncio referiu que uma das questões mais demoradas é o da união aduaneira. No entanto, sublinharia que «os problemas mais delicados e mais difíceis de negociar» serão, certamente, a agricultura e os aspectos relacionados com problemas financeiros das nossas relações com membros da Comunidade, assim como as questões respeitantes à livre circulação dos trabalhadores.